

ELETRONUCLEAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas do período findo em 30 de junho de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETRONUCLEAR S.A., ("ELETRONUCLEAR" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro – RJ. A Companhia é uma sociedade de economia mista que passou a ser controlada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar e teve sua denominação social alterada de Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR para ELETRONUCLEAR S.A. a partir do 2º trimestre de 2022.

A Companhia tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das Usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada Usina Angra 3, cujo estágio está descrito na nota 33.3.5, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

1.1 Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afeta a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuam. Atualmente, a Companhia tem encontrado limitações de mercado para aquisição de um importante insumo ao seu processo de produção de energia nuclear, o radioisótopo hidróxido de lítio 7, produto usado na refrigeração da água do circuito primário dos reatores nucleares de potência PWR (do inglês *Pressurized Water Reactor*) para manter o pH constante, produto este utilizado nas Usinas Angra 1 e Angra 2. Recentemente, por meio de processo de licitação internacional, a Companhia obteve uma única oferta de fornecimento deste material por meio da empresa "*Novosibirsk Chemical Concentrates Plant PJSC*", uma empresa localizada na Rússia e subsidiária da empresa "*Rosatom State Atomic Energy Corporation (Rosatom)*", companhia também estabelecida na Rússia. O processo de fornecimento deste insumo foi concluído em julho/2023 com o recebimento do material, que garantirá o abastecimento deste insumo em quantidades suficientes para a operação das Usinas Angra 1 e Angra 2 até o ano de 2027. A Companhia está buscando alternativas para mitigar eventuais riscos futuros decorrentes das limitações de fornecimento deste material.

Conforme já divulgado em comunicado ao mercado pela controladora anterior, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, em setembro de 2021, a ELETRONUCLEAR e a estatal russa de energia atômica Rosatom celebraram um memorando de entendimento não vinculante para trocar informações sobre novos projetos de usinas nucleares de larga escala. O acordo também inclui intercâmbio de dados sobre pequenos reatores modulares terrestres e flutuantes, ciclo de combustível nuclear, suporte no ciclo de vida de novas usinas, além de extensão da vida útil e desenvolvimento tecnológico relacionado ao setor nuclear. O acordo não abrange nenhum dos projetos atualmente em curso pela ELETRONUCLEAR.

O memorando citado é um instrumento meramente de cooperação e troca de informações, não implicando em qualquer compromisso contratual ou financeiro para qualquer uma das partes.

NOTA 2 – DESTAQUES DO 2º TRIMESTRE DE 2023

2.1 – Acordo Judicial – Seguro de riscos de engenharia referente a obra de construção da Usina Nuclear de Angra 3

Em 27.06.2023 a Eletronuclear recebeu a importância de R\$ 49.914 de ordem da Allianz Seguros S/A, correspondente a € 9.300, com pleno efeito liberatório, cujo valor em reais teve como base a cotação PTAX – Venda do Banco Central do Brasil no fechamento na data de assinatura do Instrumento de Transação (26.05.2023). A importância recebida é proveniente da quitação do acordo judicial celebrado entre ambas as Companhias vinculados ao processo nº 0400124-51.2016.8.19.0001, em tramitação na 24ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Processo este movido pela Eletronuclear S.A., em face da Allianz Seguros S.A., em que se pleiteava a restituição de quantia paga como prêmio de seguro de riscos de engenharia, referente à obra de construção da Usina Nuclear de Angra 3 – Apólice 03.67.0000821, em tramitação na 32ª Vara Cível do Rio de Janeiro. O acordo prevê a resolução do mérito sem quaisquer outras obrigações adicionais. O ressarcimento de prêmio pago se deve ao fato de que a apólice cobriria todos os estágios da obra, até o seu término, o que não ocorreu, em virtude dos atrasos verificados. Em virtude disso, o risco originalmente contratado não se verificou, ocasionando no direito da Eletronuclear em devolução de prêmio equivalente. Por se tratar de ressarcimento de custo originalmente constituído no ativo imobilizado em curso (Angra 3), a presente transação implicou na baixa de custo do ativo imobilizado na importância de R\$ 21.628, bem como no ganho em resultado financeiro no valor de R\$ 28.286 em variação cambial.

2.2 – Êxito no requerimento administrativo interposto junto à ANEEL com vistas ao reconhecimento de Energia Não Fornecida Isentada de Ressarcimento – ENF-IR

Por meio do Despacho ANEEL nº 1983 de 27.06.2023 foi decidido pelo órgão regulador: (i) aprovar o requerimento interposto por Eletronuclear (CNPJ nº 42.540.211/0001-67) com vistas à utilização das 336 (trezentos e trinta e seis) horas apuradas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS como Energia Não Fornecida Isenta de Ressarcimento - ENF-IR; e (ii) determinar à CCEE o reprocessamento das liquidações financeiras mensais das usinas Angra II, cujo valor da Energia Não Fornecida Isentada de Ressarcimento - ENF-IR contenha as indisponibilidades ocorridas no período de 336 (trezentos e trinta e seis) horas do ano de 2021, expurgando assim os ressarcimentos mensais ocorridos durante o ano de 2022; e (ii.a) as diferenças resultantes desse reprocessamento, em relação ao valor efetivamente liquidado, deverão ser incluídas no processo das liquidações financeiras mensais, em 12 (doze) parcelas, atualizadas de acordo com as regras de comercialização. Os valores históricos do presente ressarcimento reconhecem o direito de devolução à Eletronuclear da importância de R\$ 99.114 conforme divulgado na nota 8.

NOTA 3 – AUTORIZAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DAS USINAS

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	Potencial Nominal	Licença para Exploração		Data de Início de Operação	Validade da Licença
		Inicial	Atual		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNA E E Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350MW	Exp. Mot. MME Nº 300 de 28/05/74	Portaria DNA E E Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNA E E Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	--

A energia elétrica gerada pela Companhia é rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 1.009, editada em 22 de março de 2022 pela Aneel, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado à cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Aneel estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2023 a 2030, bem como os montantes de energia a serem alocados às distribuidoras do SIN em 2023, através das Resoluções Homologatórias:

- 2.354/2017 de 05 de dezembro de 2017 (cotas-partes de 2023)
- 2.499/2018 de 18 de dezembro de 2018 (cotas-partes de 2024 a 2026)
- 2.643/2019 de 26 de novembro de 2019 (cotas-partes de 2027)
- 2.805/2020 de 24 de novembro de 2020 (cotas-partes de 2028)
- 2.998/2021 de 14 de dezembro de 2021 (cotas-partes de 2029)
- 3.148/2022 de 06 de dezembro de 2022 (cotas-partes de 2030)

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1– Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia, relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2023, foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, aplicáveis à elaboração de demonstrações Financeiras Intermediárias condensadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

Foi aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia, a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas em reunião realizada no dia 08 de agosto de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis.

4.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da ELETRONUCLEAR. As demonstrações financeiras intermediárias condensadas são apresentadas em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Adoção de novas normas e interpretações

As normas alteradas e interpretações efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, não impactaram essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. Uma série de outras revisões de normas e interpretações estão em andamento pelo IASB e a Companhia as avaliará oportunamente.

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	15.334	32.471
Total	15.334	32.471

NOTA 6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CIRCULANTE

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Investimento em renda fixa:		
BB RF Ref DI TP FI	1.779.646	2.589.286
BB Extramercado FAE 2 FI	34.383	139.769
FI EXTRAMERCADO VI IRF-M 1 RF	-	25.071
Total	1.814.029	2.754.126

Rentabilidade do BB RF Ref DI TP FI nos últimos 12 meses: 13,53% em 30/06/23 e 12,39 % em 30/12/22.

Rentabilidade do BB Extramercado FAE 2 FI nos últimos 12 meses: 13,74% em 30/06/23 e 11,85% em 30/12/22.

Rentabilidade do FI EXTRAMERCADO VI IRF-M 1 RF: 11,88% em 30/12/2022.

Em 2023, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 750.000 rendimento bruto de R\$ 142.715 e resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante de R\$1.832.812.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – NÃO CIRCULANTE – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme nota 25.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, por meio da Resolução CNPE nº 08 de 17 de setembro de 2002, a responsabilidade pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das Usinas Nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foi atribuída à Eletrobras. Desta forma, a titularidade deste fundo ficou a cargo da Eletrobras, com uso restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Em 19 de outubro de 2021, foi publicada pelo Conselho do Programa de Parceiras de Investimentos (CPPI) a Resolução nº 203 por meio da qual, no âmbito das condições para a desestatização da Eletrobras, foi determinada, em seu inciso XVI do artigo 11, a transferência de titularidade das cotas do fundo de descomissionamento para a ELETRONUCLEAR.

Com base na Resolução CPPI nº 203 e nas Normas do Conselho Nacional de Política Energética – CNEN nºs 9.01 e 9.02 que tratam da desmobilização de usinas nucleares e da gestão dos recursos financeiros destinados ao descomissionamento, respectivamente, a Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE da Secretaria Executiva - SE do Ministério de Minas e Energia -MME se manifestou no sentido de que já existe arcabouço legal e normativo suficiente para justificar a transferência de titularidade, sem a necessidade de promulgação de novos atos ou alteração de atos já existentes.

Desta forma, em junho de 2022 foi operacionalizada a transferência de titularidade do fundo de descomissionamento da Eletrobras para a ELETRONUCLEAR, assumindo esta última todas as atribuições necessárias para o acompanhamento deste fundo, não havendo mais a participação da Eletrobras no processo como ocorrido até a efetiva transferência. A aplicação no fundo de descomissionamento da cota referente ao mês de junho de 2022 já foi realizado totalmente no âmbito operacional interno da ELETRONUCLEAR.

Anualmente, o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, é definido com base no cálculo realizado pela Aneel, referente à rubrica “Fundo de Descomissionamento” na Parcela A, incluída na receita fixa anual, calculada e publicada por meio de Resolução Homologatória para as mencionadas usinas.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

	30/06/2023	31/12/2022
Títulos públicos	2.543.310	2.213.727
Op. Compromissadas	375.474	342.726
Dólar comercial futuro	(9.626)	4.769
Outros	91	52
Total	2.909.249	2.561.274

Em 2023, foram aplicados R\$ 209.202 no fundo de descomissionamento (R\$ 203.089 referentes aos recolhimentos mensais e R\$ 6.113 referentes aos recolhimentos adicionais); foi registrado ganho financeiro líquido de R\$ 167.438 (R\$ 7.093 de ganho financeiro até o 2º trimestre de 2022) e foram retidos R\$ 28.664 a título de IRRF/IOF.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

	30/06/2023	31/12/2022
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	102.365	102.365
Quotas de 2008 a 2023	1.502.385	1.299.295
Total	1.604.750	1.401.660
Planos de Recolhimentos Adicionais	84.913	78.800
IRRF	-	(13.676)
Ganhos líquidos auferidos acumulados	1.219.586	1.094.490
Total	1.304.499	1.159.614
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo / Patrimônio Líquido do Fundo	2.909.249	2.561.274

NOTA 8 – CLIENTES

O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 1.009, editada em 22 de março de 2022, pela Aneel, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em 30 de junho 2023 foi registrada a inadimplência de uma distribuidora no valor de R\$ 63, todavia já liquidada em julho/2023.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.155, de 13 de outubro de 2021, autorizou que o ONS desconsiderasse as indisponibilidades ou restrições operativas identificadas, em 2021, nos ativos de geração, comprovadamente associadas, única e exclusivamente, à pandemia de Covid-19. Em junho de 2023, por meio do despacho 1.983, a ANEEL aprovou o requerimento interposto pela Eletronuclear a ser reprocessado em 12 parcelas mensais. A Companhia aguarda a oficialização por parte da CCEE para efetuar as cobranças às distribuidoras de energia interligadas ao SIN.

	30/06/2023			31/12/2022
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total
Circulante				
Suprimento/Fornecimento de Energia:				
Energia contratada	602.365	63	-	602.428
Indisponibilidade 2021 associada à Covid-19	90.855	-	-	90.855
Não Circulante				
Suprimento/Fornecimento de Energia:				
Indisponibilidade 2021 associada à Covid-19	8.259	-	-	8.259
Total Clientes	701.479	63	-	701.542
				480.215

NOTA 9 – TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
PASEP e Cofins Compensáveis Recolhidos a maior (a)	21.426	23.073
ICMS	3.464	-
Total	24.890	23.073

- a) Crédito decorrente de valores recolhidos de PIS/Cofins a maior incidente sobre a receita de fornecimento de energia, visto que a apuração final da quantidade de energia disponibilizada no SIN foi inferior ao determinado via resolução homologatória ANEEL.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO

10.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	30/06/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Antecipações IRPJ e CSLL (a)	156.036	-
Exercícios Anteriores IRPJ e CSLL (b)	60.759	57.742
Total	216.795	57.742

- a) Saldo de antecipações de IRPJ/CSLL.
 b) Antecipações de IRPJ/CSLL de exercícios anteriores que não puderam ser compensadas neste exercício em função do registro de baixa de antecipações referentes a exercício anterior que reduziram a base tributável no final do exercício. Em 2023, essa compensação será possível após a transmissão da Escrituração Contábil Fiscal – ECF de 2022.

10.2 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos	30/06/2023				31/12/2022			
	Base	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Base	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Provisão PLR dos empregados	(109.408)	(27.352)	(9.847)	(37.199)	(109.408)	(27.352)	(9.847)	(37.199)
Imobilizado da desmobilização-Custo	(732.923)	(183.231)	(65.963)	(249.194)	(751.091)	(187.773)	(67.598)	(255.371)
Outros ajustes CPC	(1.109.975)	(277.494)	(99.898)	(377.391)	(1.045.772)	(261.443)	(94.120)	(355.563)
Arrend. Merc. e AVP Alug Imov Candel 65/Out. Transp. Cont. IFRS 16	(7.882)	(1.971)	(709)	(2.680)	(6.382)	(1.596)	(574)	(2.170)
Baixa despesas administrativas	(193.604)	(48.401)	(17.424)	(65.825)	(193.604)	(48.401)	(17.424)	(65.825)
Provisão Impairment Angra 3	(4.508.764)	(1.127.191)	(405.789)	(1.532.980)	(4.508.764)	(1.127.191)	(405.789)	(1.532.980)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(172.299)	(62.028)	(234.327)	(689.197)	(172.299)	(62.028)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(300.914)	(75.228)	(27.082)	(102.310)	(286.721)	(71.680)	(25.805)	(97.485)
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(102.394)	(25.599)	(9.215)	(34.814)	(102.394)	(25.598)	(9.215)	(34.813)
Provisão benefício pós-emprego	(165.465)	(41.366)	(14.892)	(56.258)	(160.994)	(40.248)	(14.489)	(54.737)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(114.296)	(28.574)	(10.287)	(38.861)	(114.607)	(28.652)	(10.315)	(38.966)
Provisão para risco	(219.381)	(54.845)	(19.744)	(74.589)	(215.908)	(53.977)	(19.432)	(73.409)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(383)	(138)	(521)	(1.532)	(383)	(138)	(521)
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE	(428)	(107)	(39)	(146)	(1.011)	(253)	(91)	(344)
Total Ativo	(8.256.163)	(2.064.041)	(743.055)	(2.807.095)	(8.187.385)	(2.046.846)	(736.865)	(2.783.710)
Impostos diferidos passivos								
AVP - obrigação p/ desmobilização	(610.495)	(152.624)	(54.945)	(207.568)	(490.746)	(122.687)	(44.167)	(166.854)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	87.413	21.853	7.867	29.720	92.913	23.228	8.362	31.590
D. Fin - Encargos de Dívidas Transf p/invest	1.642.521	410.630	147.827	558.457	1.642.521	410.630	147.827	558.457
D. Fin - Var. Monet. Dividas Transf p/invest	115.370	28.843	10.383	39.226	115.370	28.843	10.383	39.226
Total Passivo	1.234.809	308.702	111.133	419.835	1.360.058	340.015	122.405	462.420
Impostos diferidos ativos, líquidos sobre diferenças temporárias	(7.021.354)	(1.755.338)	(631.922)	(2.387.261)	(6.827.327)	(1.706.832)	(614.459)	(2.321.292)
(-) Provisão para valor realizável	7.021.354	1.755.338	631.922	2.387.261	6.827.327	1.706.832	614.459	2.321.292
Outros resultados abrangentes	546.177	136.544	49.156	185.700	585.263	146.316	52.674	198.989
(-) Provisão para valor realizável	(546.177)	(136.544)	(49.156)	(185.700)	(585.263)	(146.316)	(52.674)	(198.989)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-

A ELETRONUCLEAR não apresenta perspectiva de lucro tributável consistente e, desta forma, os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias não são registrados nas demonstrações financeiras, os quais somam o valor de R\$ 2.572.961 em 30 de junho de 2023 (R\$ 2.520.281 em 31 de dezembro de 2022).

O Prejuízo Fiscal IRPJ e a Base Negativa CSLL somam, respectivamente, os valores de R\$ 378.444 e 561.859 em 30 de junho de 2023 (R\$ 693.067 e 876.428 em 31 de dezembro de 2022).

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social encontram-se detalhados na nota 10.3 a seguir.

10.3 Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30/06/2023	Períodos de 3 meses findos em 30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	Períodos de 6 meses findos em 30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Resultado operacional antes dos tributos	479.497	(914.054)	479.497	479.497	825.772	246.260	825.772	246.260
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(119.874)	228.517	(43.155)	(43.155)	(206.431)	(61.553)	(74.319)	(22.163)
Efeitos de adições e exclusões:								
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	(15.861)	(15.203)	(5.711)	(5.473)	(30.670)	(30.219)	(11.040)	(10.879)
Despesa com juros - IFRS 16	(379)	(405)	(136)	(146)	(795)	(730)	(286)	(263)
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	(10.220)	(20.073)	(3.679)	(7.226)	(20.194)	(40.146)	(7.270)	(14.452)
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	(2.675)	(2.578)	(963)	(928)	(5.351)	(5.160)	(1.926)	(1.858)
Provisão atuarial benefício pós-emprego	(552)	(6.808)	(199)	(2.451)	(1.118)	(13.602)	(402)	(4.897)
Desp. Financ. - Enc. Dívidas - Transf. p/ investimento	697	-	251	-	697	-	251	-
Provisão para Devedores Duvidosos	(107)	(72)	(38)	(26)	(186)	(110)	(67)	(39)
Reversão provisão plano incentivo - PSPE/PAE/PDC	72	573	26	206	146	1.157	52	416
Provisão para risco	2.938	2.377	1.058	856	(868)	(1.606)	(313)	(578)
Multas Indedutíveis	(369)	(45)	(133)	(16)	(562)	(125)	(203)	(45)
Gastos com Associações	(881)	(572)	(317)	(206)	(1.923)	(1.384)	(692)	(498)
Outras	(85)	(32)	(17)	(4)	(98)	(71)	(19)	(16)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	5	4	1	1	264	9	95	3
Pgto Arr. Mercantil Aluguel e Transp. Contratados	2.091	366	752	132	4.181	732	1.505	263
Compensação de prejuízo fiscal	43.342	(55.814)	15.599	(20.095)	78.656	45.846	28.311	16.502
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(101.858)	130.235	(36.661)	(78.531)	(184.252)	(106.962)	(66.323)	(38.504)
Alíquota efetiva	21,24%	14,25%	7,65%	16,38%	22,31%	43,43%	8,03%	15,64%

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

NOTA 11- ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

A seguir, está apresentada a movimentação do estoque de combustível nuclear destinado à operação da Usina Angra 1 e Usina Angra 2:

Angra 1	31/12/2022	Consumo	Adição	Transferência	BAIXA	30/06/2023
Ativo circulante						
Elementos Prontos	238.612	(105.891)	-	105.891	-	238.612
	238.612	(105.891)	-	105.891	-	238.612
Ativo não circulante						
Elementos Prontos Bruto	1.701.488	-	-	-	-	1.701.488
Consumo Acumulado	(1.369.786)	-	-	(105.891)	-	(1.475.677)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	-
Elementos Prontos	331.702	-	-	(105.891)	-	225.811
Concentrado de urânio	184.788	-	-	-	-	184.788
Serviços em curso	229.368	-	30.425	-	-	259.793
	745.858	-	30.425	(105.891)	-	670.392
Total	984.470	(105.891)	30.425	-	-	909.004

Angra 2	31/12/2022	Consumo	Adição	Transferência	BAIXA	30/06/2023
Ativo circulante						
Elementos Prontos	461.664	(199.593)	-	199.593	-	461.664
	461.664	(199.593)	-	199.593	-	461.664
Ativo não circulante						
Elementos Prontos Bruto	3.401.320	-	-	-	-	3.401.320
Consumo Acumulado	(2.951.216)	-	-	(199.593)	-	(3.150.809)
Provisão para perda	(33.009)	-	-	-	-	(33.009)
Elementos Prontos	417.095	-	-	(199.593)	-	217.502
Concentrado de urânio	328.430	-	292.064	-	-	620.494
Serviços em curso	401.504	-	359.868	-	-	761.372
	1.147.029	-	651.932	(199.593)	-	1.599.368
Total	1.608.693	(199.593)	651.932	-	-	2.061.032

NOTA 12 – ALMOXARIFADO

Em 30 de junho de 2023, o saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo das Usinas, no montante de R\$ 283.316 (R\$ 268.113 em 31 de dezembro de 2022) no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, no montante de R\$ 18.197 (R\$ 18.248 em 31 de dezembro de 2022), totalizando R\$ 301.513 (R\$ 286.361 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 13 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	56.198	51.666
Contingências cíveis	103	1.131
Contingências tributárias	12.126	14.243
Total	68.427	67.040

b) Movimentação

	31/12/2022	30/06/2023		
		Baixa	Inclusão	Saldo
Depósitos judiciais	38.415	(2.593)	1.218	37.040
Atualização monetária s/depósitos judiciais	28.625	-	2.762	31.387
Total	67.040	(2.593)	3.980	68.427

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

A composição dos demais ativos é apresentada a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Prêmios de seguros	38.345	25.147
Outros pagamentos antecipados (a)	28.286	-
IRRF s/ rend Fdo Descom até jun 2022- Eletrobras (b)	64.817	64.817
Tx de ocupação - Furnas (b)	1.634	1.632
Adiantamentos a fornecedores	188	189
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141
Desativações em curso	(7.120)	(5.519)
Devedores diversos	5.650	35.583
Perdas Estimadas Créd Liq Duv	(25.037)	(25.348)
	<u>110.904</u>	<u>100.642</u>
Não Circulante		
Tx de ocupação/IPTU - Furnas	1.289	1.289
EBSE - multa contratual	298	-
	<u>1.587</u>	<u>1.289</u>
Total	<u>112.491</u>	<u>101.931</u>

a) Saldo composto por R\$ 12.464 (IPTU+IPVA+FUNDRHI/RJ+Taxa CNEN) e R\$ 15.822 (Fundações).

b) Os saldos relativos às empresas Eletrobras e Furnas referem-se a transações com partes relacionadas (nota 34.2).

NOTA 15 – IMOBILIZADO

A Companhia detém e opera duas usinas nucleares, Angra 1 e Angra 2, e está construindo uma terceira, Angra 3. Os itens do ativo imobilizado se referem a bens e instalações utilizados na produção e são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL), segundo a legislação federal vigente.

Atualmente, exceto pelo disposto no Inciso I, do artigo 10º, da Lei nº 14.120/2021, de 01.03.2021, a qual atribuiu competência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE para aprovar a outorga de autorização para a exploração da Usina Termelétrica Nuclear Angra 3, normativo este que faz parte do conjunto de medidas em curso para a viabilização do empreendimento Angra 3, para as usinas nucleares em operação, Angra 1 e 2, não há ato/normativo do poder concedente em instrumento de outorga. Para as Usinas Nucleares Angra 1 e 2, há autorização para operação comercial concedida pelo MME à ELETRONUCLEAR, a qual explora, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica. Além disso, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, órgão regulador das atividades nucleares do país, emite as autorizações para operação das usinas por um período de 40 anos, contados a partir do início da operação comercial e, com base na Reavaliação Periódica de Segurança – RPS, renovável por períodos de dez anos, as autorizações necessárias, podendo compreender períodos maiores. Anos antes do vencimento, cada usina pode solicitar uma prorrogação de sua autorização à CNEN. Para obter a prorrogação, a CNEN pode solicitar uma avaliação das condições operacionais da usina e, eventualmente a substituição de certos equipamentos. A ELETRONUCLEAR ainda está preparando as análises para a solicitação de extensão de vida útil para a Usina Angra 1. Isso será feito no momento oportuno. A Licença de operação emitida pelo IBAMA é para a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAEA, ou seja, para Angra 1, e é válida até 2024. A atual Autorização para Operação Permanente de Angra

1, emitida pela CNEN, expira em dezembro de 2024. Para a usina Angra 2, a atual autorização para Operação Permanente de Angra 2, emitida pela CNEN, expira em junho de 2041.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2022	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 30/06/2023
Imobilizado em serviço - Angra 1 e Angra 2						
Terrenos	34.380	-	-	-	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	1.141	-	-	(71)	-	1.070
Edificações, obras civis e benfeitorias	543.258	-	-	(22.578)	1.040	521.720
Edificações, obras civis e benfeitorias - Direito de Uso	18.699	3.946	-	(4.364)	-	18.281
Máquinas e equipamentos (a)	1.900.222	-	(1.623)	(170.357)	52.133	1.780.375
Veículos	24.800	-	-	(2.157)	639	23.282
Veículos - Direito de Uso	56.199	-	-	(10.682)	-	45.517
Móveis e Utensílios	5.498	-	(13)	(418)	678	5.745
	2.584.197	3.946	(1.636)	(210.627)	54.490	2.430.370
Imobilizado em curso - Angra 1 e Angra 2						
Barragens, reservatórios e adutoras	28.044	274	(469)	-	-	27.849
Edificações, obras civis e benfeitorias	51.791	2.673	-	-	(1.087)	53.377
Máquinas e equipamentos	420.947	65.848	-	-	(52.654)	434.141
Veículos	5	149	-	-	(149)	5
Móveis e Utensílios	2.437	222	-	-	(600)	2.059
A Ratear	460.504	37.971	-	-	-	498.475
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	3.978	777	-	-	-	4.755
Adiantamento a Fornecedores	27.350	-	-	-	-	27.350
	995.056	107.914	(469)	-	(54.490)	1.048.011
Imobilizado em curso - Angra 3						
Terrenos	56.433	-	-	-	-	56.433
Barragens, reservatórios e adutoras	599.726	1.434	-	-	-	601.160
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.055.668	17.491	-	-	-	2.073.159
Máquinas e equipamentos	4.194.416	316.183	(31)	-	-	4.510.568
Veículos	3.550	-	(437)	-	-	3.113
Móveis e Utensílios	490	-	(6)	-	-	484
A Ratear	7.104.806	64.165	(92.590)	-	-	7.076.381
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	2.860	-	-	-	-	2.860
Adiantamento a Fornecedores	665.665	142	-	-	-	665.807
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(4.508.764)	-	-	-	-	(4.508.764)
	10.174.850	399.415	(93.064)	-	-	10.481.201
Total	13.754.103	511.275	(95.169)	(210.627)	-	13.959.582

Taxa média de depreciação e custo histórico:

	30/06/2023				31/12/2022			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Terrenos	0,00%	34.380	-	34.380	0,00%	34.380	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	7,27%	5.716	(4.646)	1.070	7,27%	5.716	(4.575)	1.141
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	1.650.081	(1.128.361)	521.720	3,28%	1.649.041	(1.105.783)	543.258
Máquinas e equipamentos	3,93%	8.395.673	(6.615.298)	1.780.375	6,16%	8.345.584	(6.445.362)	1.900.222
Veículos	14,30%	40.509	(17.227)	23.282	14,31%	39.869	(15.069)	24.800
Móveis e Utensílios	6,26%	21.896	(16.151)	5.745	6,25%	21.288	(15.790)	5.498
		10.148.255	(7.781.683)	2.366.572		10.095.878	(7.586.579)	2.509.299
Imobilizado em curso								
		11.529.212	-	11.529.212		11.169.906	-	11.169.906
Direito de Uso		11.529.212	-	11.529.212		11.169.906	-	11.169.906
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	23,65%	40.858	(22.577)	18.281	11,82%	36.912	(18.213)	18.699
Veículos	32,68%	65.362	(19.845)	45.517	2,74%	65.362	(9.163)	56.199
		106.220	(42.422)	63.798		102.274	(27.376)	74.898
Total		21.783.687	(7.824.105)	13.959.582		21.368.058	(7.613.955)	13.754.103

Cabe mencionar que informações sobre o *impairment* estão apresentadas na nota 17.

NOTA 16 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e de outros softwares aplicativos de uso específico e geral, de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Os intangíveis em serviço são amortizados a taxa anual de 20%.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/06/2023
Geração	63.694	(1.455)	(6.349)	-	55.890
Em serviço	9.358	(1.455)	-	-	7.903
Custo	101.686	-	-	-	101.686
Amortização acumulada	(92.328)	(1.455)	-	-	(93.783)
Em curso	54.336	-	(6.349)	-	47.987
Custo	54.336	-	(6.349)	-	47.987
Administração	33.305	715	(4.259)	-	29.761
Em serviço	757	(2.027)	(4.259)	-	(5.529)
Custo	71.914	-	(25.549)	-	46.365
Amortização acumulada	(71.157)	(2.027)	21.290	-	(51.894)
Em curso	32.548	2.742	-	-	35.290
Custo	32.548	2.742	-	-	35.290
Total	96.999	(740)	(10.608)	-	85.651

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/06/2022
Geração	64.284	(428)	-	-	63.856
Em serviço	17.376	(4.009)	-	-	13.367
Custo	101.686	-	-	-	101.686
Amortização acumulada	(84.310)	(4.009)	-	-	(88.319)
Em curso	46.908	3.581	-	-	50.489
Custo	46.908	3.581	-	-	50.489
Administração	14.909	(197)	-	-	14.712
Em serviço	1.414	(332)	-	-	1.082
Custo	71.914	-	-	-	71.914
Amortização acumulada	(70.500)	(332)	-	-	(70.832)
Em curso	13.495	135	-	-	13.630
Custo	13.495	135	-	-	13.630
Total	79.193	(625)	-	-	78.568

NOTA 17 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

A administração da ELETRONUCLEAR tem razoável segurança que a nova tarifa de Angra 3, elaborada no âmbito da modelagem de retomada de Angra 3 pelo BNDES, ainda sob análise dos órgãos de controle e ainda pendente de aprovação pelo CNPE, tem como pilar a questão de sua viabilidade econômico-financeira do Projeto, conforme estabelecido na Lei 14.120/2021 e também pela Resolução CNPE nº 23, de 20 de outubro de 2021, por meio da qual foram estabelecidas as diretrizes para o cálculo do preço da energia de Angra 3 resultante dos estudos do BNDES, a formalização da tarifa, que é uma premissa extremamente sensível na aplicação do teste de recuperabilidade do ativo ainda não está aprovada pelo próprio CNPE. Em virtude de questionamentos advindos do Tribunal de Contas da União – TCU acerca dos parâmetros utilizados na modelagem da retomada do empreendimento, o tema não foi levado para apreciação do colegiado do CNPE, que aguarda então o alinhamento dos pontos listados pelo tribunal de contas a respeito do relatório elaborado.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou uma análise de recuperabilidade de sua segunda Unidade Geradora de Caixa – UGC 2 (Angra 3) para avaliar os possíveis resultados da tarifa proposta no Relatório elaborado pelo BNDES e enviado para análise do TCU. Neste caso, com base nos resultados obtidos, não foi identificada a necessidade de registros de *impairment* adicional em 2022. Com relação à sua primeira Unidade Geradora de Caixa – UGC 1 (Angra 1 e 2) não foi identificada necessidade de realizar a análise de recuperabilidade da mesma.

Os detalhes das análises efetuadas e as premissas utilizadas nos testes de *impairment* estão apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Não foram identificados indicadores de *impairment* ao longo do trimestre findo em 30 de junho de 2023.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no período:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Geração	Total	Geração	Total
Imobilizado	(4.508.764)	(4.508.764)	(4.508.764)	(4.508.764)
Total	(4.508.764)	(4.508.764)	(4.508.764)	(4.508.764)

NOTA 18 – FORNECEDORES

	30/06/2023			31/12/2022
	A vencer	Vencidos	Total	Total
Circulante				
Bens, materiais e Serviços:				
Fatura processada	921.949	89.998	1.011.947	1.197.295
Variação cambial	31.865	-	31.865	35.955
Provisão	163.150	-	163.150	217.221
Total	1.116.964	89.998	1.206.962	1.450.471

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos devidos pela ELETRONUCLEAR é divulgada a seguir:

	30/06/2023		
	Taxa Efetiva	Circulante	Não Circulante
ANGRAS 1 e 2:			
ENBPAR - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	5,00%	34.161	79.494
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	7,85%	42.270	225.440
SANTANDER - LTO Angra 1	5,61%	21.042	67.277
ANGRA 3:			
ENBPAR - RGR- ECF 2878	5,00%	29.713	403.595
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	7,73%	161.252	3.042.822
CEF - Nº 0410.351-27/13	6,50%	127.973	2.724.036
Total		416.411	6.542.664

	31/12/2022		
	Taxa Efetiva	Circulante	Não Circulante
ANGRAS 1 e 2:			
ELETOBRAS - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	5,00%	37.787	96.575
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	7,85%	40.805	238.026
SANTANDER - LTO Angra 1	4,78%	21.563	81.829
ANGRA 3:			
ELETOBRAS - RGR- ECF 2878	5,00%	34.254	418.450
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	7,73%	154.981	3.100.495
CEF - Nº 0410.351-27/13	6,50%	125.045	2.782.808
Total		414.435	6.718.183

a) Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Trata-se de financiamentos captados com recursos provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR por meio de contratos de financiamento firmados e geridos pela Eletrobras até o mês de junho de 2023, quando houve a transferência da gestão destes contratos para a ENBPAR. Conforme disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que estabeleceu as regras para o processo de desestatização da ELETOBRAS, e o Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, que criou a ENBPAR, a nova empresa ficaria responsável por absorver os programas de governo até então geridos pela antiga controladora da ELETRONUCLEAR, dentre os quais se destaca a gestão dos contratos de financiamento que utilizem recursos da RGR celebrados até 17 de novembro de 2016, os quais se enquadram os contratos firmados pela ELETRONUCLEAR. Estes contratos de financiamentos foram utilizados para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 1, para a troca dos geradores de vapor, a troca da tampa do vaso de pressão do reator e para o capital de giro da Companhia.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das Usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

Em 03 de fevereiro de 2023 ocorreu a terceira liberação de recursos do Credit Agreement firmado com o Banco Santander, com garantia do US *EximBank*, no valor de R\$ 1.763,6 mil (USD 339,4 mil). Em 15 de fevereiro foi realizado o pagamento da primeira prestação deste contrato, que terá amortizações semestrais e tem previsão de liquidação final em agosto de 2027.

b) Aplicações na Usina Angra 3

Trata-se de financiamentos captados com a Eletrobras com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a Caixa Econômica Federal – CEF destinados à implantação da Usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES citado, a ELETRONUCLEAR constituiu uma cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina Angra 3.

Originalmente, o Contrato nº 10.2.2032.1 previa o início das amortizações do principal da dívida em 30 de julho de 2016. Em virtude de renegociações realizadas entre BNDES e ELETRONUCLEAR, foram realizados dois aditamentos contratuais que prorrogaram a data de início de amortização. Por conta destas renegociações, a ELETRONUCLEAR foi obrigada a pagar uma Comissão de Renegociação por cada uma destes aditamentos, no valor de 0,5% do saldo devedor. O montante em débito, acrescido de IOF, foi incorporado ao saldo devedor do contrato original, na forma dos Subcréditos C e D, com prazo de pagamento de 54 parcelas, após um prazo de carência de 6 meses. O Subcrédito C começou a ser amortizado em 15 de fevereiro de 2017, enquanto o Subcrédito D teve sua amortização iniciada em 16 de novembro de 2017.

Em 16 de outubro de 2017, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do principal e passou a realizar o pagamento de 100% dos encargos dos Subcréditos A e B relativos ao contrato nº 10.2.2032.1, celebrado com o BNDES para investimentos no empreendimento de Angra 3.

Em 06 de julho de 2018, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do Contrato nº 0410.351-27/2013 da CEF com o pagamento da primeira prestação no valor de R\$ 24.741.

Em 18 de abril de 2022, houve o pagamento da última prestação e liquidação final do Subcrédito D referente ao Contrato de Financiamento nº 10.2.2031.1 firmado pela ELETRONUCLEAR com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES tendo a Eletrobras como interveniente.

Em 10 de Maio de 2022, a ELETRONUCLEAR recebeu comunicação formal do BNDES, por meio da carta 042/2022 – BNDES AE/DEENE1, autorizando a prorrogação até a data de 15/06/2024 do prazo para o cumprimento pela ELETRONUCLEAR da obrigação do preenchimento da Conta Reserva com base no pedido encaminhado pela Companhia em 25 de março de 2022. Também houve autorização de prorrogação até 01/10/2026 para a apresentação da Autorização para a Utilização de Material Nuclear – AUMAN e até 01/03/2026, para a celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST e do Contrato de Conexão – CCT, com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente.

Adicionalmente à prorrogação do prazo para cumprimento das obrigações de cláusulas contratuais pela ELETRONUCLEAR, os termos aditivos previam também a inserção da ENBPARG como interveniente do contrato de financiamento. Os termos foram aprovados nas instâncias de Governança de ELETRONUCLEAR, ENBPARG e ELETROBRAS

durante o segundo trimestre de 2023, ainda restando a formalização por meio das assinaturas dos referidos termos, cujo prazo para envio pela ELETRONUCLEAR é 16.09.2023.

c) Confissão de Dívida

Em 30 de outubro de 2019, foi celebrado pela ELETRONUCLEAR e por Furnas Centrais Elétricas S.A. o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças – 001/2019, por meio do qual as duas partes reconhecem a existência de créditos pendentes uma com a outra, que após compensação dos valores somam um crédito líquido em favor de Furnas no montante de R\$ 122.560, atualizado à data de 31 de dezembro de 2012. Este montante devido pela ELETRONUCLEAR, atualizado em 31 de dezembro 2018, totalizava R\$ 246.142.

Desta forma, conforme as condições firmadas pelas duas partes no Instrumento firmado, a ELETRONUCLEAR obriga-se a pagar o saldo atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da dívida reconhecida em 96 (noventa e seis) parcelas iguais e sucessivas, pelo Sistema de Amortização Constante – SAC, contados a partir da expiração dos 24 (vinte e quatro) meses de carência do principal, que possui início a partir do mês subsequente à assinatura do referido Instrumento de Confissão de Dívida.

A partir da assinatura do referido contrato, sobre o saldo devedor atualizado mensalmente pelo IPCA, incidem taxa de juros nominal de 7,83% a.a. e uma taxa de administração de 0,5% a.a., ambos calculados *pro rata temporis*.

Em novembro de 2021, teve início a amortização do principal do Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado com Furnas, que está sendo realizado mensalmente pela Companhia.

19.1 – Movimentação dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 30 de junho de 2023 e dezembro de 2022.

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	7.132.618
Captação	1.652
Juros, encargos, variações monetáriais incorridos	266.053
Juros pagos	(246.303)
Amortização do principal	(194.945)
Saldo final em 30 de junho de 2023	6.959.075
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	7.324.727
Captação	93.666
Juros, encargos, variações monetáriais incorridos	548.525
Juros pagos	(494.385)
Amortização do principal	(339.915)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	7.132.618

Segue abaixo o fluxo de vencimento do saldo de empréstimos e financiamentos registrados em 30 de junho de 2023:

	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Empréstimos	217.881	401.916	420.790	436.121	435.309	5.047.058	6.959.075

19.2 – Obrigações Assumidas – *Covenants*

A ELETRONUCLEAR possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: apresentar demonstrações financeiras e auditadas; apresentar trimestralmente Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do Projeto; cumprir as “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”; permitir ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; enviar quadrimestralmente à STN posição dos créditos empenhados no Contrato de Contragarantia junto à União; no caso de FURNAS, emissão de Nota Promissória no ato da assinatura e a cada dois anos, ao final do exercício, com posição em 31 de dezembro.

A Companhia não identificou a ocorrência de evento de não conformidade no 2º trimestre de 2023.

NOTA 20 – TRIBUTOS A RECOLHER

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
IR - Encargos Dívida	898	379
ISS sobre importação e outros	2.045	2.522
ICMS	310	(1.449)
COSIRF	48.221	33.860
Outros tributos retidos na fonte	-	31.171
INSS	2.668	5.507
PASEP e COFINS	43.600	43.253
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
FGTS	3.501	4.973
CIDE s/serviços no exterior	3.967	7.292
IRRF S/JCP e Atualiz. Monet de Dividendos	326	326
Recolhimento Impostos e Taxas	2	2
Total	108.885	131.183

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
Provisão IR e CSLL sobre lucro Real	215.704	77.785
Provisão e gratificação de férias	56.211	57.508
Encargos sociais sobre provisões de férias	24.997	27.699
Adiantamento 13º salário	(12.991)	-
Provisão 13º salário	15.867	-
Encargos sociais sobre provisão de 13º salário	7.253	-
Encargos sobre honorários	458	151
Total	307.499	163.143

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
Quota RGR	75.366	44.638
Taxa de Fiscalização Aneel	829	782
Total	76.195	45.420

NOTA 23 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e tributária, que se encontram em vários estágios de julgamento.

23.1 – Provisões

A Companhia constitui provisão para contingências em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	30/06/2023	31/12/2022
Não Circulante		
Ambientais	3.215	2.767
Cíveis	10.732	10.079
Trabalhistas	184.206	182.369
Tributárias	7.989	7.454
Total	206.142	202.669

Estas contingências tiveram a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	202.669
Constituição de provisões	16.078
Reversão de provisões	(27.668)
Atualização Monetária	15.063
Saldo em 30 de junho de 2023	206.142
Saldo em 31 de dezembro de 2021	210.891
Constituição de provisões	7.550
Reversão de provisões	(15.001)
Atualização Monetária	(771)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	202.669

A movimentação da constituição de contingências está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais sem destaques relevantes no período com relação às informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

23.2 – Cauções e Depósitos Vinculados a Processos Prováveis

A rubrica de cauções e depósitos vinculados refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos de probabilidade provável, conforme relacionados a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Cíveis	85	81
Trabalhistas	45.850	42.399
Tributárias	13.018	13.366
Total	58.953	55.846

23.3 – Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	30/06/2023	31/12/2022
Ambientais	343.011	283.452
Cíveis	270.288	252.458
Trabalhistas	746.186	716.621
Tributárias	2.091	1.808
Total	1.361.576	1.254.339

Dentre as ações de causas prováveis e possíveis e que apresentam valores avaliados com perda superiores a 2,00% da Receita Operacional Líquida até junho de 2023, ou seja, acima de R\$ 44.910, destacam-se:

1. AMBIENTAL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Processo nº 5000859-28.2020.4.02.5111	
Instância/Juízo	
Partes no processo	POLO ATIVO: Ministério Público Federal POLO PASSIVO: ELETRONUCLEAR S.A e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 241.042
Objeto	<p>ACP proposta pelo Ministério Público Federal em face da ELETRONUCLEAR, COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CNEN e INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA objetivando a declaração de nulidade das licenças concedidas à 1ª RÉ para o desenvolvimento da UNIDADE DE ARMAZENAMENTO COMPLEMENTAR A SECO – UAS da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA.</p> <p>Em 21.01.2021: Apresentação de contestação pela ELETRONUCLEAR. Realizada audiência em 03.02.2021, sem acordo. Em 18.02.2021, a liminar que impedia a transferência dos elementos combustíveis usados para a UAS foi revogada. Em primeira instância, os autos foram encaminhados para saneamento. Em 08.03.23: Petição do MPF requerendo a extinção do processo sem julgamento do mérito. Subsequentemente, petições da ETN, IBAMA, CNEN e Município de Angra concordando com o pedido do MPF. Aguardando manifestação do juízo. Em segunda instância, houve a apresentação de agravo de instrumento contra a decisão de revogação da liminar</p>

	<p>por associação ambiental. Em 23.04.2021, o recurso foi respondido pela ELETRONUCLEAR. Em 05.03.23, em decisão favorável à ETN, o TRF entendeu que o agravo de instrumento não foi interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado, nem pelo Ministério Público, como determina o art. 996 do CPC/2015, mas pelo amicus curiae, assim admitido nos termos da decisão proferida no Evento 118 dos autos principais, razão pela qual não se revela admissível o recurso. Em 25.07.23: Sem alterações.</p> <p>Em 29.03.23 juntada do Acórdão.</p>
Expectativa de perda	Possível

2. CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – Processo nº 0022780-32.2018.4.02.5101	
Instância / Juízo	1ª instância – 10ª Vara Federal – RJ
Partes no processo	POLO ATIVO: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. POLO PASSIVO: ELETRONUCLEAR S.A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 165.668/IMAGEM
Objeto	<p>Trata-se de ação declaratória e condenatória, para (i) reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e recomposição de prejuízos, impedindo-se o enriquecimento ilícito da ELETRONUCLEAR; (ii) revogação da decisão que declarou a nulidade do Contrato e seus aditamentos; (iii) reconhecimento de rescisão contratual por inadimplemento da ELETRONUCLEAR; (iv) cobrança dos serviços prestados pela AG e não pagos pela ELETRONUCLEAR.</p> <p>FASE ATUAL: Contestação apresentada pela ELETRONUCLEAR em 16.05.18. Réplica pela AG em 10.08.18.</p> <p>Despacho do juiz determinando às partes que especifiquem as provas a serem produzidas. Em 07.01.2020, o juiz proferiu despacho determinando a suspensão do processo até a decisão final da ação de ressarcimento proposta pela ELETRONUCLEAR em face da Andrade Gutierrez. Em 27.01.2020, a Andrade ofereceu embargos de declaração requerendo o acolhimento do seu recurso para que a ação movida pela ELETRONUCLEAR em face da AG seja suspensa alegando que a ação que move contra a ELETRONUCLEAR é prejudicial àquela. Em 17.12.2020: Despacho Saneador. Determinação de prova pericial.</p> <p>Iniciada a fase pericial. Em 22/12/2022, foi juntada petição da Caixa Econômica Federal informando que fez a transferência de valores referentes aos honorários periciais da Swot Global Consulting, determinada pelo juízo em despacho do dia 14/12/2022.</p> <p>O processo se encontra em fase de produção de provas. Há prova pericial de contabilidade/engenharia em curso, sob a responsabilidade da empresa Swot Global Consulting. O prazo para entrega do laudo pericial terminava em 02.06.2023, mas ainda não foi entregue. Em 19 e 21.07.23, as partes apresentaram quesitos suplementares.</p>
Expectativa de perda	Possível

3. TRABALHISTA – AÇÃO COLETIVA – Processo nº 0064500-25.1989.5.01.0029	
Instância / Juízo	1ª instância - 29ª VARA DO TRABALHO de Rio de Janeiro
Partes no processo	POLO ATIVO: Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ POLO PASSIVO: ELETRONUCLEAR S.A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 624.300
Principais fatos	<p>OBJETO: URP/1989 – Plano Econômico. A controvérsia principal do processo reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos. A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da Eletrobras Eletronuclear, ao explicitar que: [1] a decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado; [2] o valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo.</p> <p>Em 30/11/2022, a juíza determinou a renovação da intimação do perito para se manifestar sobre os cálculos da liquidação, visando prolação de decisão de embargos à execução e impugnação à sentença de liquidação opostos anteriormente.</p> <p>FASE ATUAL:</p> <p>- Em 24.11.2017 foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Companhia. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo específico da URP de fevereiro de 1989 foram pagos. A última decisão publicada em diário oficial é a do dia 16.03.2018, destinada à parte autora (SENGE) para que ofereça manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré. Há outros andamentos processuais que constam no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, são eles: [1] autos enviados à contadoria da Vara; [2] homologada a liquidação; [3] petição da União Federal; [4] petição do Senge com impugnação aos cálculos, todos atos processuais aos quais a Companhia ainda não foi intimada para tomar ciência. Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Companhia pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Companhia foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Em 19.07.19 foi publicada decisão para a Companhia pagar honorários do perito do Juízo, o que já foi realizado. Em 04/12/2019 foram opostos embargos de declaração pela Eletronuclear. Em</p>

	<p>19/08/2021, houve a migração para o processo eletrônico, com a intimação da Eletronuclear para juntar as principais peças dos autos físicos que totalizam 48 volumes. Após, foram julgados e rejeitados os declaratórios da empresa (opostos em 2019). Na sequência, a Eletronuclear interpôs embargos à execução, ainda pendentes de julgamento.</p> <p>Em 17/03/2023 publicado despacho: “Trata-se de processo gigantesco, com 48 volumes físicos, que corre há mais de 30 anos e de alto valor em execução. Nesse sentir, converto em diligência o julgamento dos embargos à execução opostos, para determinar à executada-embargante que junte aos autos cópias do Acordo Coletivo indicado, bem como das peças em que o sindicato-exequente deu quitação pelos débitos do presente processo. Prazo de 15 dias. Uma vez apresentados os documentos, notifique-se o sindicato-exequente para manifestações em 15 dias, valendo o silêncio como quitação geral e irrestrita pelo objeto do presente processo. Após o prazo, notifique-se a UNIÃO FEDERAL – AGU, Assistente Simples no processo, para manifestações em 15 dias.</p> <p>Em 12/04/23, a ELETRONUCLEAR apresenta petição arguindo comprovação do pagamento das diferenças salariais reclamadas e requer a extinção da execução. Aguarda o transcurso do prazo para manifestação do SENGE e da UNIÃO e, após, a decisão sobre embargos à execução.</p> <p>Em 17/04/23: petição do SENGE. Rejeita alegação da ELETRONUCLEAR acerca da existência de “termo de acordo com força de transação” perante as classes obreiras, matéria alegadamente preclusa em sede de conhecimento e, por via de consequência, afasta o suposto pagamento das diferenças salariais com base na URP/1989.</p> <p>Em 17/05/23: petição da ELETRONUCLEAR. Reitera os termos do Acordo Coletivo 1989/1990. Indica os indexadores das peças processuais de interesse acostadas aos e-autos. Arrola as entidades sindicais subscreventes do acordo e reafirma a participação da SENGE na sua negociação e chancela.</p> <p>Em 12/06/23: manifestação da UNIÃO. Ratifica <i>in totum</i> os termos da petição anterior. Requer a extinção da execução, uma vez reconhecida a inexigibilidade do título pelo cumprimento da obrigação.</p> <p>Em 05/07/23: manifestação do SENGE. Acosta cópia da decisão que reconhece a preclusão da prova do acordo, visto a ausência de provocação do juízo a tempo e modo, operando a coisa julgada.</p>
Expectativa de perda	Possível

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e outros benefícios. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do Núcleos – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução 4.661/18 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
- Risco de taxa de juros: A variação da taxa de desconto influencia o valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário. A redução da taxa de desconto aumenta o valor presente da obrigação registrada no passivo da Companhia; enquanto que o aumento da taxa gera o inverso.
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes aumentará o passivo do plano.
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes aumentará o passivo do plano.

Obrigações de benefício pós-emprego – valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/06/2023	31/12/2022
Contrato de pactuação obrigação financeira	3.741	6.243
Provisão atuarial	297.520	332.451
Total das obrigações de benefício pós emprego	301.261	338.694
Circulante	3.741	5.330
Não Circulante	297.520	333.364
	301.261	338.694

Plano de Equacionamento de Déficit – PED

Decorrente dos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre as economias do Brasil e do mundo, o Nucleos Instituto de Seguridade Social apresentou em 31 de dezembro de 2021 um resultado deficitário no Plano Básico de Benefício – PBB o qual ensejou a elaboração de um Plano de Equacionamento do Déficit – PED.

O PED visa manter o equilíbrio entre o Ativo e o Passivo e efetuar o reequilíbrio atuarial do Plano Básico de Benefícios do Nucleos – PBB por ter sido ultrapassado no exercício de 2021 o limite permitido na Resolução CNPC nº 30/2018 e Instrução Previc nº 33/2020 em R\$ 289,3 milhões.

O equacionamento do Plano será efetuado através de contribuição extraordinária, sendo dividido da seguinte forma: 46,30% para as patrocinadoras e 53,70% para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, conforme estudo elaborado pela empresa de atuária responsável pelo PBB, a Mirador.

Do total a ser equacionado, será de responsabilidade da Eletronuclear o montante de R\$ 61.728 (data base de 31 de dezembro 2021), a ser reconhecido por meio da formalização de um Contrato de Confissão de Dívida, e a ser celebrado entre a Eletronuclear e o Nucleos. A parcela a ser equacionada pela Eletronuclear, será atualizada financeiramente até o momento de início das parcelas do contrato, mediante a aplicação da taxa de juros e o índice de atualização monetária (INPC/IBGE), que serão definidos contratualmente.

O PED já foi aprovado em pelo Conselho de Administração da Eletronuclear e da ENBPar e encontra-se sendo analisado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. Havendo manifestação favorável desse órgão, o PED será implementado pelo Nucleos.

O prazo de amortização do déficit é de 23 anos e 10 meses, inclusive para as patrocinadoras, sendo 13 pagamentos por ano. Até o momento o Plano de Equacionamento do Déficit está sob análise da Secretaria de Coordenação das Estatais-SEST.

O início dos pagamentos das contribuições extraordinárias mensais das patrocinadoras, participantes e assistidos ocorrerá após aprovação da SEST conforme disposto no artigo 31, § 1º, da Resolução CNPC nº 30/2018.

Após a conclusão da análise pela SEST, bem como a assinatura do contrato de adesão, será necessária a revisão dos valores registrados em Benefício Pós-Emprego conforme mencionado nesta nota.

NOTA 25 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento referentes à desmontagem e à remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento e o cronograma de desembolsos, descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento.

A provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado, utilizando uma taxa de desconto nominal média de 9,25% a.a., taxa formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 29 de dezembro de 2022, com *maturity* mais próxima da próxima da data de início da atividade de cada rubrica, somado à inflação projetada, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

A estimativa do custo para a realização do descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2 totaliza o montante de R\$ 7.510.423, sendo o ajuste a valor presente da obrigação para descomissionamento no montante de R\$ 4.739.137, perfazendo um reconhecimento da obrigação na data base de 30 de junho de 2023 no montante de R\$ 2.771.286 (R\$ 2.651.537 em 31 de dezembro de 2022).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Usinas	30/06/2023			31/12/2022
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
ANGRA 1	3.500.622	(1.813.427)	1.687.195	1.614.071
ANGRA 2	4.009.801	(2.925.710)	1.084.091	1.037.466
Total	7.510.423	(4.739.137)	2.771.286	2.651.537

NOTA 26 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a aluguel de imóveis e veículos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

Saldo inicial em 31 de dezembro 2022	76.851
Novos contratos/Remensurações	3.946
Juros Incorridos	3.179
Pagamentos	(17.308)
Saldo final em 30 de junho 2023	66.668

Saldo inicial em 31 de dezembro 2021	9.539
Juros Incorridos	350
Pagamentos	(3.493)
Saldo final em 30 de junho de 2022	6.396
Novos contratos/Remensurações	94.116
Juros Incorridos	2.971
Pagamentos	(26.632)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	76.851

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante	24.709	25.411
Não Circulante	41.959	51.440
Total	66.668	76.851

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/06/2023
2024	13.103
2025	22.182
2026	6.153
2027	521
Total	41.959

Os aluguéis fixos e variáveis relacionados a contratos de baixo valor foram os seguintes para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, respectivamente:

	30/06/2023	31/12/2022
Arrendamentos de curto prazo	9.320	40.240

NOTA 27 – RESSARCIMENTO DE CLIENTE

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
Ressarcimento 2022	82.378	151.026
	82.378	151.026
Não Circulante		
Ressarcimento 2022	-	13.730
		13.730
Total	82.378	164.756

O Ressarcimento em 2022 foi registrado em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para o exercício. Ele corresponde à quantidade de energia entregue a menor valorado ao máximo entre o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio do ano de 2022 (R\$ 59,05/MWh) de referência e a tarifa fixa (R\$ 349,15/MWh), expressa em reais por Megawatt-hora (R\$/MWh). Esse montante deverá ser ressarcido a todas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, em parcelas duodecimais a partir de fevereiro de 2023.

NOTA 28 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.493.956 e suas ações são nominativas e não têm valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão, como preferência, prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	30/06/2023					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Empresa Brasileira de Part. - ENBPar	141.916.224.437	64,10	-	-	141.916.224.437	32,05
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	79.488.849.747	35,90	221.396.242.535	99,99	300.885.092.282	67,95
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	0,00	7.405.548	0,00	13.365.574	0,00
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	-	5.058.993	0,00	5.058.993	0,00
Outros	1.176.930	0,00	3.504.063	0,00	4.680.993	0,00
Total	221.412.211.140	100,00	221.412.211.139	100,00	442.824.422.279	100,00

ACIONISTA	31/12/2022					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Empresa Brasileira de Part. - ENBPar	141.916.224.437	64,10	-	-	141.916.224.437	32,05
Centrais Eléct. Brasil. S.A - ELETROBRAS	79.488.849.747	35,90	221.396.242.535	99,99	300.885.092.282	67,95
Depto de Águas E.Eléctrica Est.SP - DAEE	5.960.026	0,00	7.405.548	0,00	13.365.574	0,00
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	-	5.058.993	0,00	5.058.993	0,00
Outros	1.176.930	0,00	3.504.063	0,00	4.680.993	0,00
Total	221.412.211.140	100,00	221.412.211.139	100,00	442.824.422.279	100,00

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido; e
- Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

NOTA 29 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Suprimento de Energia Eléctrica:				
Receita	1.325.467	1.168.081	2.558.679	2.336.163
Ressarcimento	-	-	-	-
	1.325.467	1.168.081	2.558.679	2.336.163
Outras receitas	132	76	263	431
	132	76	263	431
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-)Pis/PASEP e Cofins	(122.606)	(108.047)	(236.678)	(216.095)
(-) Encargos setoriais	(39.764)	(35.043)	(76.760)	(70.085)
	(162.370)	(143.090)	(313.438)	(286.180)
Receita operacional líquida	1.163.229	1.025.067	2.245.504	2.050.414

Suprimento de energia eléctrica

O suprimento líquido de energia eléctrica das Usinas Nucleares Angra 1 e 2 de 7.562.981 MWh* no período de seis meses findos em 30.06.2023 (7.155.224 MWh* em junho de 2022), corresponde a uma receita de R\$ 2.558.679 (R\$ 2.336.163 em 30.06.2022).

A receita fixa do exercício de 2023 no montante de R\$ 4.662.204 foi definida pela Resolução Homologatória Aneel nº 3.164 de 13 de dezembro de 2022. E a receita fixa do exercício de 2022, no montante de R\$ 4.672.327, pela Resolução Homologatória nº 3.002 de 14 de dezembro de 2021.

Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 1.009, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013 a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Apuração do Pis/PASEP e da Cofins

A apuração do Programa de Interação Social – Pis/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 30 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Período de 3 meses findos em						Período de 6 meses findos em					
	30/06/2023			30/06/2022			30/06/2023			30/06/2022		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Encargos de uso da rede de transmissão	(45.370)	-	(45.370)	(36.050)	-	(36.050)	(90.458)	-	(90.458)	(72.166)	-	(72.166)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(10.985)	-	(10.985)	(13.994)	-	(13.994)	(22.939)	-	(22.939)	(27.945)	-	(27.945)
Pessoal	(112.245)	(92.840)	(205.085)	(125.385)	(96.799)	(222.184)	(238.782)	(168.802)	(407.584)	(232.443)	(161.382)	(393.825)
Pessoal - plano médico incentivo desligamento	-	286	286	-	2.294	2.294	-	583	583	-	4.626	4.626
Material	(13.661)	(3.720)	(17.381)	(34.932)	(1.855)	(36.787)	(29.217)	(5.926)	(35.143)	(45.098)	(4.084)	(49.182)
Serviços de terceiros	(35.901)	(54.012)	(89.913)	(65.998)	(50.295)	(116.293)	(67.212)	(99.383)	(166.595)	(95.423)	(92.532)	(187.955)
Depreciação e amortização	(94.654)	(3.005)	(97.659)	(141.019)	(1.344)	(142.363)	(194.492)	(4.571)	(199.063)	(282.059)	(2.672)	(284.731)
Depreciação direito de uso - IFRS 16	-	(7.524)	(7.524)	-	(1.459)	(1.459)	-	(15.046)	(15.046)	-	(2.918)	(2.918)
Combustível para produção de energia elétrica	(159.996)	-	(159.996)	(114.669)	-	(114.669)	(305.484)	-	(305.484)	(245.233)	-	(245.233)
Aluguéis	(446)	(2.723)	(3.169)	(555)	(3.035)	(3.590)	(1.036)	(7.706)	(8.742)	(1.065)	(9.130)	(10.195)
Provisões para risco	-	11.752	11.752	-	9.505	9.505	-	(3.473)	(3.473)	-	(6.424)	(6.424)
Provisões benefício pós emprego	-	(2.207)	(2.207)	-	(27.232)	(27.232)	-	(4.471)	(4.471)	-	(54.408)	(54.408)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	-	(407)	(407)	-	(273)	(273)	-	311	311	-	(403)	(403)
Tributos	(1.898)	(12.572)	(14.470)	(1.886)	(8.606)	(10.492)	(3.803)	(24.666)	(28.469)	(3.780)	(14.073)	(17.853)
Seguros	(7.544)	(1.935)	(9.479)	(8.115)	(2.585)	(10.700)	(15.088)	(1.979)	(17.067)	(16.231)	(3.288)	(19.519)
Recuperação de Despesa	-	13	13	-	18	18	-	21	21	-	25	25
Anuidade e contribuições	(3.439)	(85)	(3.524)	(2.332)	43	(2.289)	(7.307)	(384)	(7.691)	(5.180)	(354)	(5.534)
Comunicação	(35)	(116)	(151)	(140)	(369)	(509)	(80)	(355)	(435)	(261)	(887)	(1.148)
Luz e força	(2)	(1.937)	(1.939)	(1)	(2.441)	(2.442)	(4)	(3.764)	(3.768)	(3)	(4.439)	(4.442)
Condições Judiciais	-	(3.209)	(3.209)	-	(5.473)	(5.473)	-	(5.639)	(5.639)	-	(6.103)	(6.103)
Contribuições CCEE/NOS	(414)	-	(414)	(399)	-	(399)	(826)	-	(826)	(799)	-	(799)
Outros	(230)	(8.249)	(8.479)	(337)	(670)	(1.007)	(13.418)	(13.686)	(27.104)	(891)	(2.319)	(3.210)
Total	(486.820)	(182.490)	(669.310)	(545.812)	(190.576)	(736.388)	(990.146)	(358.936)	(1.349.082)	(1.028.577)	(360.765)	(1.389.342)

NOTA 31 – RESULTADO FINANCEIRO

	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receitas Financeiras				
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	63.441	21.970	142.715	34.594
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 7)	102.358	62.981	174.001	62.981
Outras receitas financeiras	1.690	(12)	4.538	3.596
	167.489	84.939	321.254	101.171
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(119.285)	(124.512)	(240.365)	(250.702)
Perda sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 7)	-	(5.612)	(6.563)	(55.888)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(60.536)	(60.810)	(119.749)	(120.524)
Ajuste a valor presente da obrigação com arrendamento mercantil IFRS 16	(1.515)	(159)	(3.180)	(350)
Outras despesas financeiras	(23.696)	(1.400)	(29.987)	(2.438)
	(205.032)	(192.493)	(399.844)	(429.902)
Itens financeiros, líquidos				
Variações monetárias	(9.107)	(126.586)	(26.812)	(155.629)
Variações cambiais	32.227	(11.456)	34.751	69.549
	23.120	(138.042)	7.939	(86.080)
Resultado Financeiro	(14.423)	(245.596)	(70.651)	(414.811)

NOTA 32 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O resultado por ação básico e diluído são iguais por não haver fatores de diluição.

	30/06/2023	30/06/2022
Numerador		
Lucro atribuído aos acionistas	575.196	100.795
Lucro do Período	575.196	100.795
Denominador		
Média ponderada de número de ações	442.824.422.279	80.184.629.316
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,001299	0,001257

NOTA 33 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

33.1- Gestão do Risco de Capital

Condizente com outras companhias do setor elétrico, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, apresentados na nota 19, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentados nas notas 5 e 6. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	30/06/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e financiamentos	6.959.075	7.132.618
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(15.334)	(32.471)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(1.814.029)	(2.754.126)
Exposição líquida	5.129.712	4.346.021
(+) Total do Patrimônio Líquido	10.913.533	10.299.251
Total do Capital	16.043.245	14.645.272
Índice de Alavancagem Financeira	32%	30%

33.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio para gestão e das características do fluxo de caixa contratual. A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Custo amortizado

Os ativos financeiros que são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) devem ser classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Em resumo, se o ativo financeiro é um instrumento de dívida simples cujo objetivo consiste em receber apenas juros e principal, ele deve ser classificado e contabilizado ao custo amortizado.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados nas categorias de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados e reconhecidos ao justo valor por meio do resultado. Portanto, a categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado representa uma categoria “residual”. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em resultado financeiro, no período em que ocorrerem.

Passivos financeiros

São classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	30/06/2023	31/12/2022
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		785.303	579.727
Clientes		701.542	480.215
Depósitos Judiciais		68.427	67.041
Caixa e equivalentes de caixa		15.334	32.471
Valor justo por meio do resultado		4.723.278	5.315.400
Títulos e Valores Mobiliários	2	4.723.278	5.315.400
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		8.315.083	8.824.696
Fornecedores		1.206.962	1.450.471
Financiamentos e Empréstimos		6.959.075	7.132.618
Ressarcimento Cliente - Desvio Negativo		82.378	164.756
Arrendamentos		66.668	76.851

Categorias de valores justos:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

33.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

33.3.1 – Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano e euro, que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

PREMISSAS ADOTADAS	
Moeda	* Tx. de câmbio
Euro	5,53
Dólar Americano	4,97

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FORNECEDOR EM 30 DE JUNHO DE 2023			
Moeda	Valor	Valor (R\$)	Ganho/perda estimados até 31/12/2023 (R\$)
Euro	(21.057)	(110.815)	(5.570)
Dólar Americano	(1.700)	(8.193)	(256)
TOTAL		(119.008)	(5.826)

33.3.2 – Risco de taxa de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que os empréstimos e financiamentos contratados estão indexados, principalmente, à Unidade de Referência Fiscal – UFIR e à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal – CEF, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato. Além disso, a maior parte dos recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é divulgada, trimestralmente, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, foi reduzida de 7,37% a.a. no primeiro trimestre para 7,28% no segundo trimestre. O impacto para a ELETRONUCLEAR proveniente de mudanças da TJLP é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% a.a. é capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72% a.a.

Aproximadamente 46% da dívida total da ELETRONUCLEAR está indexada à TJLP. No caso da dívida com taxas pré-fixadas, esse montante representa cerca de 41% do total. A dívida que está indexada à UFIR, que está congelada, representa cerca de 7,9% do total.

Outra fração de aproximadamente 3,8% do total da dívida da ELETRONUCLEAR está indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Com a liquidação do Subcrédito D do BNDES não há mais nenhuma dívida indexada à taxa SELIC.

A ELETRONUCLEAR firmou, em 08 de junho de 2022, o "Credit Agreement", no valor de USD 22,2 milhões (nota 17), com o Banco Santander S.A., representando aproximadamente 1,3% da dívida total da ELETRONUCLEAR. A taxa contratual SOFR TERM6M foi cotada para a próxima prestação a vencer em 15 de agosto de 2023, tendo em vista que o contrato prevê o pagamento de principal e juros em 10 prestações semestrais, é de 4,56% que acrescida do spread fixo de 1,05% a.a. chega a um total de 5,61%.

Segue, abaixo, a exposição total do risco de juros dos Financiamentos e Empréstimos:

	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	30/06/2023		31/12/2022	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *
ANGRAS 1 e 2:							
ELETROBRAS - RGR - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	113.655	13.998	134.362	18.324
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	R\$	IPCA	7,85%	267.710	68.660	278.831	77.733
SANTANDER - Credit Agreement LTO - A1	USD	TERM SOFR 6M	5,61%	88.319	13.683	103.392	15.752
ELETROBRAS - RGR - ECF 2878							
ELETROBRAS - RGR - ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	433.307	174.767	452.704	186.921
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,73%	3.204.074	1.911.605	3.255.476	2.040.170
CEF - Nº 0410.351-27/13	R\$	Sem indexador	6,50%	2.852.010	1.612.932	2.907.853	1.706.272
Total				6.959.075	3.795.645	7.132.618	4.045.172

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

a) Indexadores nacionais:

a.1) Risco de apreciação das taxas de juros:

		Saldo em 30/06/2023	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
IPCA	Empréstimos e financiamentos	(267.710)	(26.697)	(29.207)	(31.712)
	Impacto no resultado	(267.710)	(26.697)	(29.207)	(31.712)
TJLP	Empréstimos e financiamentos	(3.204.074)	(274.543)	(302.300)	(329.739)
	Impacto no resultado	(3.204.074)	(274.543)	(302.300)	(329.739)
TERM SOFR 6M	Empréstimos e financiamentos	(88.319)	(5.203)	(5.622)	(6.042)
	Impacto no resultado	(88.319)	(5.203)	(5.622)	(6.042)
Impacto no resultado dos índices			(306.443)	(337.129)	(367.493)
(¹) Premissas adotadas:		30/06/2023	Provável	+25%	+50%
	IPCA	3,16%	4,95%	6,19%	7,43%
	TJLP	7,20%	7,00%	8,75%	10,50%
	TERM SOFR 6M	4,56%	5,39%	6,74%	8,09%

33.3.3 – Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Conforme descrito na nota 1, a ELETRONUCLEAR tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. Toda a energia produzida tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica. A Companhia entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através do modelo do Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET: Módulo 6, Submódulo 6.7, com reajustes anuais e revisões quinquenais. A receita fixa para o ano de 2023 foi definida pela Resolução Homologatória nº 3.164 de 13 de dezembro de 2022 – DOU 16 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 4.662.204.

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias das Usinas Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

A Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, evidencia que, apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR.

Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de Caixa	15.334	32.471
Clientes - Venda de Energia	701.542	480.215
Titulos e Valores Mobiliários	4.723.278	5.315.400
Total	5.440.154	5.828.086

Abaixo, apresentamos relação de clientes em 30 de junho de 2023:

	Concessionária	Faturamento	Parcela Variável	Total	Atraso em dias
1	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	7.513	3.608	11.121	0
2	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S. A.	13.228	6.353	19.581	0
3	CELESC DISTRIBUIÇÃO S. A.	22.138	10.631	32.769	0
4	CELG DISTRIBUIÇÃO S. A.	16.784	8.060	24.844	0
5	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S. A.	37.898	18.199	56.097	0
6	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S. A. - ELETROCAR	263	127	390	0
7	CERFOX - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	113	54	167	0
8	COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	328	158	486	0
9	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	1.615	776	2.391	0
10	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	24.649	11.837	36.486	0
11	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	15.933	7.651	23.584	0
12	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	14.599	7.011	21.610	0
13	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	7.038	3.380	10.418	0
14	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	10.140	4.869	15.009	0
15	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	174	84	258	0
16	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL JAGUARI)	607	292	899	0
17	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL LESTE PAULISTA)	407	196	603	0
18	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL MOCOCA SE)	277	133	410	0
19	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SANTA CRUZ)	1.369	657	2.026	0
20	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SUL PAULISTA)	529	254	783	0
21	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	30.464	14.630	45.094	0
22	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	11.803	5.668	17.471	0
23	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	501	241	742	0
24	COOP DE ELET RURAL DE ITAÍ PARANAPANEMA AVARÉ LTDA.	260	125	385	0
25	COOPERATIVA ALIANÇA	293	141	434	0
26	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER	13	6	19	0
27	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ENTRE RIOS LTDA.	72	35	107	0
28	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TEUTÔNIA	705	339	1.044	0
29	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISÕES	257	124	381	0
30	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO SANTA MARIA	82	39	121	0
31	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PRAIA GRANDE	82	39	121	0
32	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO	263	127	390	0
33	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO	60	29	89	0
34	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI	81	39	120	0
	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI	63	-	63	14
35	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	212	102	314	0
36	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIÃO	128	62	190	0
37	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE ITU MAIRINQUE	81	39	120	0
38	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE MOGI MIRIM	198	95	293	0
39	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE	28	13	41	0
40	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER	26	12	38	0
41	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA REGIÃO DE PROMISSÃO	16	8	24	0
42	COOPERATIVA DE ENERGIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO MOGI	49	23	72	0
43	COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	131	63	194	0
44	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO JUÍ LTDA.	207	100	307	0
45	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	196	94	290	0
46	COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	76	36	112	0
47	COOPERLUZ - COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	128	62	190	0
48	COOPERZEM - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	63	30	93	0
49	COPEL DISTRIBUIÇÃO S. A.	30.778	14.779	45.557	0
50	COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	786	377	1.163	0
51	CRELUZ - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	216	104	320	0
52	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE JUÍ	257	124	381	0
53	DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	267	128	395	0
54	DME DISTRIBUIÇÃO S. A.	426	204	630	0
55	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	9.396	4.512	13.908	0
56	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	12.045	5.784	17.829	0
57	ELEKTRO REDES S. A.	16.278	7.817	24.095	0
58	ELETRIPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S. A.	49.579	23.808	73.387	0
59	EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S. A.	727	349	1.076	0
60	ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	1.380	662	2.042	0
61	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	856	411	1.267	0
62	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	10.162	4.880	15.042	0
63	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL S. A.	6.403	3.075	9.478	0
64	ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.279	1.094	3.373	0
65	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	5.512	2.647	8.159	0
66	ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	4.290	2.060	6.350	0
67	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	3.684	1.769	5.453	0
68	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA BR)	860	413	1.273	0
69	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA NA)	1.044	501	1.545	0
70	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA SS)	1.748	839	2.587	0
71	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA VP)	1.265	607	1.872	0
72	ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA TO)	3.115	1.496	4.611	0
73	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	5.107	2.453	7.560	0
74	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	8.757	4.205	12.962	0
75	EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	11.574	5.558	17.132	0
76	EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	5.033	2.417	7.450	0
77	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.	59	28	87	0
78	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S. A.	30.282	14.542	44.824	0
79	MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA.	88	42	130	0
80	NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S. A.	8.785	4.219	13.004	0
81	NOVA PALMA ENERGIA LTDA.	100	48	148	0
82	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. (RGE DIST)	9.600	4.610	14.210	0
83	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. (RGE SUL)	9.087	4.364	13.451	0
	Total	473.965	227.577	701.542	

33.3.4 – Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores de liquidez:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1,61 em 30 de junho de 2023 (1,75 em 31 de dezembro de 2022) e;
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,74 em 30 de junho de 2023 (0,72 em 31 de dezembro de 2022).

A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, cuja expectativa de entrada em operação, tem como cronograma o início de geração de receita a partir de julho de 2028 (nota 33.3.5 a seguir).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	30/06/2023				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.096.231	873.861	2.525.293	6.821.776	12.317.161
Empréstimos e financiamentos	864.560	860.758	2.496.437	6.821.776	11.043.531
Fornecedores	1.206.962	-	-	-	1.206.962
Arrendamentos	24.709	13.103	28.856	-	66.668
	31/12/2022				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.339.904	886.490	2.553.724	7.246.747	13.026.865
Empréstimos e financiamentos	864.022	861.766	2.527.108	7.246.747	11.499.643
Fornecedores	1.450.471	-	-	-	1.450.471
Arrendamentos	25.411	24.724	26.616	-	76.751

33.3.5 – Risco Operacional

A nova estrutura da Eletronuclear a partir da criação em 2022 da ENBPar, nova holding, vem promovendo mais robustez e agilidade ao setor, permitindo um melhor posicionamento e alinhamento com as estratégias definidas para a Eletronuclear.

A Eletronuclear mantém elevado padrão de governança, alcançado por meio do fortalecimento das melhores práticas, alicerçadas em gestão de risco, controles internos e conformidade, entre outros fundamentos clássicos da moderna administração. A estrutura de governança se completa com os três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (CA): Comitê de Auditoria e de Riscos (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Termonuclear de Angra 3 (Coangra).

A gestão de riscos na Eletronuclear envolve a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, além do monitoramento e comunicação para a alta administração, sendo submetido a cada trimestre aos órgãos de governança os temas classificados como críticos. Nessa instância, são analisados os impactos, riscos e oportunidades decorrentes de questões que afetam os principais objetivos estratégicos da companhia. Quando identificado um risco para a empresa que ainda não tenha sido contemplado na matriz corporativa, é solicitada a sua inclusão para que seja priorizado seu monitoramento.

A cultura da segurança é submetida a aprimoramento constante, acompanhando as melhores práticas adotadas na indústria nuclear.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG 2023-2027) apresenta o planejamento estratégico da Eletronuclear para um horizonte de cinco anos. O documento reúne a visão de futuro, alinhando as diretrizes e objetivos estratégicos, além de apresentar nossa declaração de posicionamento.

O planejamento oferece também uma sinalização clara e objetiva das expectativas em relação à realização de projetos, dotação de recursos e adoção de iniciativas em frentes como a expansão da capacidade de geração, entre outros pontos importantes. Também constam no documento os principais riscos associados às atividades da Eletronuclear, acompanhados das respectivas medidas previstas para o seu enfrentamento.

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das Usinas Angra 1 e 2.

O principal insumo na geração de energia elétrica de fonte termonuclear é o combustível nuclear, insumo este fornecido no Brasil única e exclusivamente pelas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, empresa estatal de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, controlada pela ENBPar, que, em nome da União, exerce no Brasil o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, dentre eles, os elementos combustíveis utilizados nos reatores das Usinas Angra 1 e 2.

A extensão da vida útil de Angra 1, que será possibilitada com uma renovação da sua licença de operação, é um dos projetos mais importantes em curso na Eletronuclear. O projeto pode assegurar a continuidade da operação da usina após a expiração da licença atual, em 2024, mantendo por mais 20 anos à disposição do sistema elétrico brasileiro uma capacidade de geração de 640 MW. Para garantir essa ampliação da operação da usina, a Eletronuclear desenvolve o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 — Long Term Operation (LTO).

A Companhia vem dando continuidade ao projeto e financiamento internacional de extensão da vida útil de Angra 1. O processo de licenciamento está sendo desenvolvido e acompanhado por equipes multidisciplinares de todas as diretorias da Eletronuclear. Este ano, o LTO está em uma fase crucial, com a preparação da reavaliação periódica de segurança, que precisa ser entregue à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) até dezembro de 2023.

As Usinas Angra 1 e 2 vêm apresentando um bom desempenho, sempre mantendo os mais elevados níveis de segurança.

A Coordenação de Segurança e Supervisão Independente coordena o Comitê de Supervisão Independente de Segurança (Cosis), um colegiado de todas as diretorias, que permite o acompanhamento das discussões relacionadas com a segurança nuclear em toda a Companhia.

São tratados no Cosis o que as notificações sobre questões que demandam uma mobilização maior da Companhia, feitas a partir de observações de campo. A coordenação iniciou 2023 dedicando-se à terceira revisão periódica de segurança de Angra 1. O trabalho teve como finalidade produzir um relatório completo de segurança, a ser submetido à CNEN para a renovação da licença de operação da usina. Da mesma maneira também participou da preparação da 2ª Reavaliação Periódica de Segurança de Angra 2.

Em 2023, a *Wano* (Centro de Paris Associação Mundial de Operadores Nucleares) concluiu missão de revisão em Angra 1 e 2. Esta revisão permite uma avaliação em profundidade, de modo a identificar boas práticas e áreas que podem ser melhoradas. Ela é realizada a cada quatro anos, a pedido da Eletronuclear, quando especialistas da *Wano* vão a Angra dos Reis verificar o trabalho realizado pelos profissionais das usinas nucleares brasileiras. São verificadas várias áreas de atuação: organização e administração, manutenção, suporte de engenharia, proteção radiológica, química, treinamento e qualificação, proteção contra incêndio e prontidão para emergência. Essa missão, proporciona melhoria de qualidade nos processos.

Considerando a complexidade do negócio, a administração da ELETRONUCLEAR vem monitorando os riscos, e quando necessário, submetendo aos diversos órgãos a que está subordinada e entende não haver aspectos de natureza operacional que possam indicar um risco de descontinuidade operacional das Usinas Angra 1 e 2.

A Terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), Angra 3 é considerada uma importante ampliação da capacidade de geração para o sistema elétrico brasileiro, com a vantagem de utilizar uma fonte limpa de energia. Com uma potência instalada prevista de 1.405 MW, a usina representa a retomada de planos visando à expansão do parque gerador nuclear no Brasil.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual da construção de Angra 3 e as implicações da sua paralisação para a ELETRONUCLEAR, a administração da Companhia vem conduzindo ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

A conclusão das obras da Usina Angra 3 em condições sustentáveis depende, entre outras questões, de uma nova estruturação financeira, dado o montante significativo de investimentos (custos diretos) ainda a realizar. Atualmente, a ELETRONUCLEAR não possui garantias disponíveis para conseguir novos financiamentos, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017, expirou o *waiver* contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CEF, passando a Companhia a ser obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo, fortemente, o seu caixa.

Na reestruturação da Eletronuclear decorrente da capitalização da Eletrobras foi criada a Diretoria de Angra 3, uma área relevante para a gestão da construção da usina. Essa iniciativa permitiu a organização de uma estrutura específica para levar adiante o projeto, com desdobramentos positivos na sua execução. Outra mudança importante no organograma foi a criação do Coangra, no início de 2023. O comitê é um órgão de assessoramento do CA (Conselho de Administração) da Eletronuclear, constituído por dois representantes da Eletrobras, dois da ENBPar e um membro independente.

Neste ano, os membros do Coangra visitaram a central nuclear e em reunião com representantes da Diretoria da Usina Nuclear Angra 3 puderam obter mais informações sobre o andamento da construção da unidade.

A construção de Angra 3 avançou em definições importantes na modelagem financeira e de contratação. Nessa fase de retomada da construção, o BNDES subcontratou empresas e consultores, que se dividiram em serviços que envolvem a realização de due diligence contábil e jurídica, avaliação socioambiental e licenciamento e avaliação da Superintendência de Gestão de Pessoas, com o objetivo oferecer conforto aos futuros credores da Companhia, seguido de trabalhos de avaliação técnico-operacional, definição do escopo do futuro contrato de EPC e assessoria de engenharia, avaliação financeira, assessoria jurídica e assessoria financeira, itens da modelagem financeira para cálculo de tarifa e fluxo de caixa.

Boa parte dos relatórios desses serviços já foi apresentada à Eletronuclear e submetida a órgãos de controle. Após a aprovação desses órgãos, os trabalhos serão submetidos ao CNPE, que determinará a tarifa de Angra 3. Pela Lei 14.120, de março de 2021, está assegurado que terá uma tarifa que viabilize o empreendimento economicamente, em condições de mercado. A expectativa é a de que o edital para licitação da EPC, que assumirá as obras principais da usina, ocorrerá no segundo semestre de 2023, com a assinatura dos contratos no primeiro trimestre de 2024.

NOTA 34 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

34.1 - Transações com Entidades Governamentais

A ELETRONUCLEAR mantém transações com entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	30/06/2023			31/12/2022			30/06/2022
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	
Saldo bancário em conta corrente							
Poder Público Federal - Banco do Brasil	536	-	-	12.399	-	-	
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	3	-	-	3	-	-	
Aplicação Financeira							
Poder Público Federal - Banco do Brasil	4.723.278	-	309.556	5.290.329	-	39.660	
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	-	597	25.071	-	2.027	
Empréstimos e Financiamentos a Pagar							
Poder Público Federal - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	3.204.074	(140.259)	-	3.245.404	(123.967)	
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	2.852.009	(92.578)	-	2.894.786	(96.031)	
Total	4.723.817	6.056.083	77.316	5.327.802	6.140.190	(178.311)	

34.2 - Transações com Empresas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

	Saldos e Transações por Natureza						
	30/06/2023			31/12/2022			30/06/2022
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	
Outras contas a receber	67.804	-	-	67.738	-	-	
Compra de Estoque de Elem Comb Nucl Angra 1 e Angra 2	1.826.178	-	-	1.151.122	-	-	
Compra de Estoque de Elem Comb Nucl Carga Inicial de Angra 3	292.572	-	-	292.572	-	-	
Fornecedores	-	683.288	-	-	520.973	-	
Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	267.710	-	-	278.831	-	
Empréstimos e Financiamentos	-	546.963	-	-	587.067	-	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	59.652	
Variação monetária - AFAC	-	-	-	-	-	(132.373)	
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(9.739)	-	-	(16.287)	
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(11.137)	-	-	(12.210)	
Encargos uso da rede elétrica	-	-	(31.613)	-	-	(25.521)	
Encargos Financeiros	-	-	(16.481)	-	-	(18.494)	
Cessão de funcionários	-	-	(77)	-	-	(1.762)	
Auditoria externa	-	-	(813)	-	-	(1.092)	
Outros serviços	-	-	(6.177)	-	-	-	
Perda do fundo financeiro	-	-	-	-	-	(55.888)	
Serviço Manuseio e Inspeção Comb. Nuclear	-	-	1.312	-	-	-	
Teste COVID	-	-	-	-	-	-	
Total	2.186.554	1.497.961	(74.725)	1.511.432	1.386.871	(203.975)	

	Saldos e Transações por Entidade						
	30/06/2023			31/12/2022			30/06/2022
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	
Eletrobras	64.817	824	(20.917)	64.817	587.067	(148.454)	
Furnas	2.923	270.810	(32.704)	2.920	281.925	(37.538)	
Chesf	-	1.620	(9.749)	-	1.622	(7.765)	
CGTEletrusul	-	609	(3.887)	-	615	(3.382)	
Eletronorte	-	1.034	(6.480)	-	1.051	(6.836)	
ENBPar	64	546.963	(2.300)	-	-	-	
INB	2.118.750	676.101	1.312	1.443.695	514.591	-	
Total	2.186.554	1.497.961	(74.725)	1.511.432	1.386.871	(203.975)	

34.3 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	Período findo de 3 meses em		Período findo de 6 meses em	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração e Benefícios de curto prazo				
Diretores	976	743	1.876	1.371
Conselho Fiscal	82	42	150	84
Conselho de Administração	80	102	140	204
Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Angra 3 – COANGRA	77	-	146	-
Comitê de Auditoria e de Riscos – COAUD	288	-	560	-
Total	1.503	887	2.872	1.659

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Remuneração de diretores		
Maior remuneração de diretores	67.300	62.703
Menor remuneração de diretores	61.806	8.820
Remuneração média de diretores	63.883	43.034
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados	75.694	75.694
Menor remuneração de empregados	727	622
Remuneração média de empregados	15.823	14.353
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de conselheiros	16.000	4.146
Menor remuneração de conselheiros	3.809	1.021
Remuneração média de conselheiros	7.341	4.062

NOTA 35 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices, na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 30 de junho de 2023, é de R\$ 31.643.554 e está assim distribuído:

	Vigência	Valor Segurado	Prêmio Total
Riscos nucleares:	30/10/2023	19.256.559	27.663
Danos materiais		17.590.080	19.363
Responsabilidade civil		1.666.479	8.300
Riscos de Engenharia:	26/08/2023	11.769.030	10.397
Construção		3.635.223	3.269
Responsabilidade civil		30.000	270
Armazenamento de equipamentos		8.103.807	6.858
D&O	02/04/2024	70.000	1.700
Outros diversos		547.965	191
TOTAL		31.643.554	39.951

NOTA 36 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos meses, portanto sem registros patrimoniais em 30 de junho de 2023. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

36.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, toda a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela Aneel para o período de 2023 a 2030. A Resolução Homologatória Aneel nº 3.164/2022 estabeleceu a receita fixa de R\$ 4.662.204 para o ano de 2023, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela Aneel, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- Revisões tarifárias a cada intervalo de três anos;
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da Aneel, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

Concessionária	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	TOTAL
AME - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	36.955	73.910	73.910	73.910	73.910	221.730	554.325
CEA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	7.947	15.894	15.894	15.894	15.894	47.682	119.205
CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	25.122	50.244	50.244	50.244	50.244	150.732	376.830
CEB-DIS - CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	43.212	86.424	86.424	86.424	86.424	259.272	648.180
CEEE-D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	49.881	99.762	99.762	99.762	99.762	299.286	748.215
CEGERO - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE SÃO LUDGERO	1.297	2.594	2.594	2.594	2.594	7.782	19.455
CEJAMA - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO	293	585	585	585	585	1.755	4.388
CELESC-D - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	108.892	217.784	217.784	217.784	217.784	653.352	1.633.380
CELG-D - CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	82.563	165.126	165.126	165.126	165.126	495.378	1.238.445
CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.	56.932	113.864	113.864	113.864	113.864	341.592	853.980
CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	78.369	156.738	156.738	156.738	156.738	470.214	1.175.535
CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	43.076	86.152	86.152	86.152	86.152	258.456	646.140
CEMIG-D - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	186.422	372.844	372.844	372.844	372.844	1.118.532	2.796.330
CEMIRIM - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE MOGI MIRIM	971	1.941	1.941	1.941	1.941	5.823	14.558
CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	24.759	49.518	49.518	49.518	49.518	148.554	371.385
CEPRAG - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE	401	802	802	802	802	2.406	6.015
CERBRANORTE - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	1.045	2.091	2.091	2.091	2.091	6.273	15.682
CERFOX - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA FOUTOURA XAVIER *	555	1.110	1.110	1.110	1.110	3.330	8.325
CERGal - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI	394	789	789	789	789	2.367	5.917
CERILUZ - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IUJÚ LTDA.	1.020	2.040	2.040	2.040	2.040	6.120	15.300
CERIM - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE ITU MAIRINQUE	395	790	790	790	790	2.370	5.925
CERIPA - COOP DE ELET RURAL DE ITAI PARANAPANEMA AVARÉ LTDA	1.275	2.551	2.551	2.551	2.551	7.653	19.132
CERMISSÕES - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES	1.266	2.532	2.532	2.532	2.532	7.596	18.990
CERNHE - COOPERATIVA DE ENERGIA RURAL **	139	279	279	279	279	837	2.092
CERON - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.	21.101	42.202	42.202	42.202	42.202	126.606	316.515
CERPRO - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL REGIÃO **	80	161	161	161	161	483	1.207
CERSAD - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER	67	134	134	134	134	402	1.005
CERTAJA - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	966	1.932	1.932	1.932	1.932	5.796	14.490
CERTEL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TEUTÔNIA	3.466	6.932	6.932	6.932	6.932	20.796	51.990
CERTHIL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ENTRE RIOS LTDA	354	709	709	709	709	2.127	5.317
CERVAM - COOPERATIVA DE ENERGIIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO MOGI	238	476	476	476	476	1.428	3.570
CETRIL - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO	630	1.260	1.260	1.260	1.260	3.780	9.450
CHESP - COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	856	1.711	1.711	1.711	1.711	5.133	12.833
COCEL - COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	1.615	3.231	3.231	3.231	3.231	9.693	24.232
CODESAM - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO SANTA MARIA	402	803	803	803	803	2.409	6.023
COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	121.250	242.500	242.500	242.500	242.500	727.500	1.818.750
COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - CPFL SANTA CRUZ	15.687	31.374	31.374	31.374	31.374	94.122	235.305
COOPERALIANÇA - COOPERATIVA ALIANÇA	1.441	2.881	2.881	2.881	2.881	8.643	21.608
COOPERLUZ - COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	633	1.266	1.266	1.266	1.266	3.798	9.495
COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER	128	255	255	255	255	765	1.913
COOPERZEM - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	312	623	623	623	623	1.869	4.673
COORSEL - COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	370	739	739	739	739	2.217	5.543
COPEL-DIS - COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	151.398	302.796	302.796	302.796	302.796	908.388	2.270.970
COPREL - COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	3.862	7.724	7.724	7.724	7.724	23.172	57.930
COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	34.619	69.238	69.238	69.238	69.238	207.714	519.285
CPFL - PIRATINGA - COMPANHIA PIRATINGA DE FORÇA E LUZ	58.056	116.112	116.112	116.112	116.112	348.336	870.840
CPFL-PAULISTA - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	149.858	299.716	299.716	299.716	299.716	899.148	2.247.870
CRELUZ-D - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	1.063	2.127	2.127	2.127	2.127	6.381	15.952
CRERAL - COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	644	1.289	1.289	1.289	1.289	3.867	9.667
DEMEI - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IUJÚ	1.269	2.538	2.538	2.538	2.538	7.614	19.035
DMED - DME DISTRIBUIÇÃO S.A.	2.096	4.192	4.192	4.192	4.192	12.576	31.440
EBO - ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	4.215	8.430	8.430	8.430	8.430	25.290	63.225
EDP ES - ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A.	46.216	92.432	92.432	92.432	92.432	277.296	693.240
EDP SP - SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A.	59.247	118.494	118.494	118.494	118.494	355.482	888.705
ELEKTRO - ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.	80.073	160.146	160.146	160.146	160.146	480.438	1.201.095
ELETROACRE - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	6.786	13.572	13.572	13.572	13.572	40.716	101.790
ELETROCAR - CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A	1.293	2.586	2.586	2.586	2.586	7.758	19.395
ELFSM - EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.	3.576	7.152	7.152	7.152	7.152	21.456	53.640
EMR - ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	11.206	22.412	22.412	22.412	22.412	67.236	168.090
EMS - ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	31.496	62.992	62.992	62.992	62.992	188.976	472.440
EMT - ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	49.983	99.966	99.966	99.966	99.966	299.898	749.745
ENEL CE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARÁ	71.814	143.628	143.628	143.628	143.628	430.884	1.077.210
ENEL RJ - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	65.068	130.136	130.136	130.136	130.136	390.408	976.020
ENEL SP - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S. A.	243.877	487.754	487.754	487.754	487.754	1.463.262	3.658.155
EPB - ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA	27.115	54.230	54.230	54.230	54.230	162.690	406.725
ESE - ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	18.121	36.242	36.242	36.242	36.242	108.726	271.815
ESS - ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	24.186	48.373	48.373	48.373	48.373	145.119	362.797
ETO - ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	15.325	30.650	30.650	30.650	30.650	91.950	229.875
IENERGIA - IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA	1.315	2.629	2.629	2.629	2.629	7.887	19.718
LIGHT - LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	148.955	297.910	297.910	297.910	297.910	893.730	2.234.325
MUXENERGIA - MUXFELDT MARIN & CIA. LTDA	431	863	863	863	863	2.589	6.472
PACTO ENERGIA PR - FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	287	573	573	573	573	1.719	4.298
RGE SUL - RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	91.922	183.844	183.844	183.844	183.844	551.532	1.378.830
SULGPE - COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	2.463	4.926	4.926	4.926	4.926	14.778	36.945
UHENPAL - USINA HIDROELÉTRICA NOVA PALMA LTDA.	490	979	979	979	979	2.937	7.343
Total	2.331.102	4.662.204	4.662.204	4.662.204	4.662.204	13.986.612	34.966.530

Compromisso de venda de energia para o período de 2023 a 2030, de acordo com as REHs Aneel 3.148/2022 e 3.164/2022.

* Incorporação ao SIN a partir de abril/2023.

** Incorporação ao SIN a partir de maio/2023.

36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3 conforme quadro demonstrativo a seguir:

Ano	R\$ MIL
2023	2.003.689
2024	1.652.590
2025	2.280.157
2026	2.433.732
2027	2.463.343
2028	285.718
Total	11.119.229

36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama conforme quadro demonstrativo a seguir:

Ano	Valor
2023	87.126
2024	99.514
2025	94.574
2026	82.895
2027	69.938
2028	-
Total	434.047

36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das Usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos conforme quadro demonstrativo a seguir:

Ano	R\$ MIL
2023	430.203
2024	1.296.903
2025	623.602
2026	312.853
2027	39.376
2028	10.634
Total	2.713.571

NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Embargo da Obra de Angra 3

Em 19.04.2023, a Eletronuclear foi autuada, por meio de Auto de Embargo, com fundamento no art. 94, inciso II da Lei Municipal de Angra dos Reis nº 2087/09, por, supostamente, ter executado obras da Usina Nuclear de Angra 3 em “desacordo com o projeto aprovado, licença para construir ou as prescrições do Código de Obras e das demais leis urbanísticas”. O referido Auto de Embargo sequer continha número de um processo administrativo a ele associado, não sendo possível à Eletronuclear identificar as alegadas razões do descumprimento da legislação municipal.

Em 05 de maio, a Companhia apresentou defesa administrativa, impugnando o Embargo – tanto em razão de flagrante nulidade (ausência de processo administrativo, falta de motivação, ausência de elementos probatórios, entre outros) e, no mérito, por falta de amparo legal.

Em paralelo, a Companhia impetrou mandado de segurança no qual se insurgiu não somente contra o Embargo, mas também contra a omissão administrativa no tocante à expedição de nova licença de construção, cujo pedido de renovação havia sido feito com mais de 05 (cinco) meses antes do término de sua validade.

A liminar foi concedida para: (a) sustar os efeitos do embargo, até decisão de mérito do MS, e (b) para prorrogar os efeitos da licença anterior até análise pela Prefeitura - a qual terá, também conforme decisão judicial, prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência oficial do Município, para manifestação sobre o requerimento administrativo de renovação feito pela Companhia. Sendo assim, no momento, as obras da Unidade 3 podem ser realizadas sem óbice.

O último andamento no processo foi a expedição de mandado de citação à Prefeitura de Angra dos Reis para apresentar defesa. A citação do Município ainda se encontra pendente.

Incidente Operacional na Usina Nuclear de Angra 1

Conforme divulgação ocorrida nas notas de demonstrações financeiras para o período findo em 31.03.2023, a Ação Civil Pública (ACP), originária no processo nº 5000400-21.2023.4.02.5111, junto à 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, de autoria do Ministério Público Federal, tendo como assistentes litisconsorciais do autor o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Município de Angra dos Reis e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em reunião preparatória para a Audiência Pública da Câmara dos Vereadores de Angra dos Reis, ocorrida em 12.04.23, ficou acordado que a Companhia apresentaria recurso dessa decisão, apenas no que tange à abrangência da publicação, tendo em vista a desproporcionalidade da medida que determinou a veiculação em jornal e televisão com abrangência nacional. De tal modo, foi apresentado Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo – este deferido até o julgamento do mérito recursal. É dizer, a decisão antecipatória da tutela, no ponto em que se relaciona ao âmbito de divulgação das informações, não está produzindo efeitos no momento. A defesa da Eletronuclear será apresentada somente após a realização de audiência de conciliação, já designada para a data de 24.08.2023.

A avaliação inicial da expectativa de perda da ACP pela Companhia se mantém em uma PERDA POSSÍVEL. Após a primeira decisão de mérito, poderá haver a revisão da classificação de risco, a depender do seu teor. O valor processual atribuído à causa foi de R\$ 101.213 para reparar eventuais danos ambientais. No entanto, a estimativa de seu efeito financeiro ainda não pode ser feita pela Companhia pois: (i) há pedidos relativos à obrigação de fazer e não fazer, cuja mensuração não se faz possível no momento; (ii) eventual dano ambiental deverá ser primeiramente demonstrado e, posteriormente quantificado através de perícia. As Demonstrações Financeiras intermediárias condensadas referentes ao período findo em 30.06.2023, não estão modificadas em relação a este fato.

NOTA 38 – CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE MARÇO DE 2023

Títulos das Notas Explicativas	Número das Notas Explicativas	
	Anual de 2022	ITR de 30/06/2023
Contexto Operacional	1	1
Destaques	2	2
Autorizações para Construção e Operação das Usinas	3	3
Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	4	4
Caixa, Equivalente de Caixa	6	5
Títulos e Valores Mobiliários Circulante	7	6
Títulos e Valores Mobiliários Não Circulante - Fundo de Descomissionamento	8	7
Clientes	9	8
Tributos a Compensar	10	9
Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	11	10
Estoque de Combustível Nuclear	12	11
Almoxarifado	13	12
Depósitos Vinculados	14	13
Outros Ativos	15	14
Imobilizado	16	15
Intangível	17	16
Valor Recuperável dos Ativos de Longo Prazo	18	17
Fornecedores	19	18
Empréstimos e Financiamentos	20	19
Tributos a Recolher	21	20
Obrigações Estimadas	22	21
Encargos Setoriais	23	22
Provisão para Risco e Passivos Contingentes	24	23
Benefício Pós-emprego	25	24
Obrigações para desmobilização de Ativo	26	25
Arrendamentos	28	26
Ressarcimento de Cliente	29	27
Patrimônio Líquido	30	28
Receita Operacional Líquida	31	29
Custos e Despesas Operacionais	32	30
Resultado Financeiro	33	31
Resultado por ação	34	32
Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco	35	33
Transações com Partes Relacionadas	36	34
Seguros	37	35
Compromissos Operacionais de Longo Prazo	38	36
Eventos Subsequentes	39	37
Correlação entre as notas Explicativas de 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023	-	38

As notas explicativas do relatório anual de 2022 que foram suprimidas no relatório trimestral do período findo de 30 de junho de 2023, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias condensadas, estão relacionadas abaixo:

Títulos das Notas Explicativas	Número das Notas Explicativas
Estimativas e Julgamentos Contábeis	5
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	27

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA
Diretor Financeiro
CPF: 786.987.071-49

RONALDO NETO ALCÂNTARA
Superintendente de Contabilidade
Contador
CPF: 085.658.417-74 – CRC: RJ – 086615/O-4